

Com fim do congelamento, inflação supera correção

É o seguinte o texto do documento do banco americano:

"A correção monetária ficará muito abaixo da inflação nos próximos meses, como consequência do fim do congelamento de preços imposto pelo Governo brasileiro a 15 de março. O Índice Geral de Preços terá maior alta no mês de julho (nossas estimativas preliminares calculam este aumento em torno de dez por cento), devido aos aumentos nos preços da eletricidade (em torno de 23 por cento, a partir do dia 20 de junho e mais 8,5 por cento, a partir de 20 de julho), metais básicos e produtos como placas de aço, chumbo, zinco e níquel (entre 16 e pouco acima de 36 por cento), bens de consumo como margarina, sabão, cerveja, refrigerantes e TV a cores (entre 12 e 20 por cento).

"Como a correção monetária será fixada na média dos três meses anteriores, nos quais havia o congelamento dos preços; ela não acompanhará o acelerado passo da inflação, conseqüentemente reduzindo os rendimentos dos instrumentos financeiros e fazendo com que investimentos alternativos como ações, ouro ou dólares americanos sejam mais atraentes.

"O prazo para reescalonamento da dívida externa brasileira, que atualmente é previsto pelo Governo, não deverá ser cumprido, considerando-se as diferenças entre o Brasil e o FMI, assim como as diferenças com os bancos credores estrangeiros ainda devem ser superadas. O plano oficial prevê conversações com o Fundo sobre uma nova Carta de Intenções, com início até a metade de julho e finalizadas até o meio de agosto, com a conseqüente apresentação da carta à Direção do FMI. A direção iria então discutir a carta no meio de agosto e dar sua aprovação até o final de agosto, já que a 31 termina a prorrogação concedida pelos bancos credores do Brasil.

"A dificuldade com este cenário é que os problemas não são tão fáceis de serem resolvidos. Com o FMI, um dos pontos chaves é a contenção do déficit fiscal, que sobrarão depois da projetada expansão da base monetária (150 por cento). A receita aumentará com novos impostos (Cr\$ 30 trilhões) e a emissão de Cr\$ 10 trilhões em títulos públicos. Cortes adicionais no valor de Cr\$ 18 trilhões (em torno de US\$ 3 bi-

lhões) seriam necessários para serem aceitos pelo FMI. Mas as autoridades brasileiras não querem fazer estes cortes com medo de uma nova recessão.

"Problemas ainda pendentes nas negociações com os bancos não serão fáceis de serem resolvidos. Eles incluem: o monitoramento da economia brasileira depois do término do acordo com o FMI, no fim de 1986; as amortizações que as instituições financeiras internacionais querem que Brasília faça durante o período de carência (os bancos não aceitam carência total) que está sendo negociado; e mais alguns problemas de impostos dos bancos sobre os juros recebidos. Se a administração Sarney concordar com os bancos e o FMI em todos os pontos principais, ela se arrisca a perder respaldo político no front, doméstico mais do que lhe é possível. Mas caso a administração Sarney decida prolongar as negociações demasiadamente, ela poderá ser confrontada com o perigo de ver suas linhas de créditos comerciais e interbancários secar. Neste caso uma nova crise da dívida externa brasileira seria inevitável".